

AGRESSÃO Indígena da aldeia São Miguel acompanha avanços dos trabalhos de duplicação da rodovia com apreensão

Operários da 101 orientados a respeitar índios

Duplicação em Biguaçu atinge o dia-a-dia da aldeia de guaranis, que dependerão de incentivos para adequarem-se às novas condições

ANA MARIA TONIAL
REPORTER DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis — O operador de rolo compressor Admilson Alcântara, 23 anos, nasceu “no meio dos índios guaranis”, em Pontes de Lacerda (MS), conta o pai Adir, 47 anos, acostumado a conviver com comunidades indígenas, entre eles xoclogues. Para onde vai, leva a família. Encarregado de obras da duplicação da BR-101, do trecho Tijucas a Biguaçu, diz que aprendeu com estes povos a preservar a mata Atlântica e respeitar todas as classes sociais, quando trabalhava, na década de 70, no alargamento da BR-364, de Cuiabá a Porto Velho. “Eles não se dividem. São todos iguais. O índio é nosso brasileiro legítimo”, defende o paranaense de Curitiba.

Mas nem todos os 179 operários que trabalham nesta área de duplicação da 101 têm os mesmos conhecimentos de Adir e desconhecem direitos indígenas garantidos pela Constituição Brasileira.

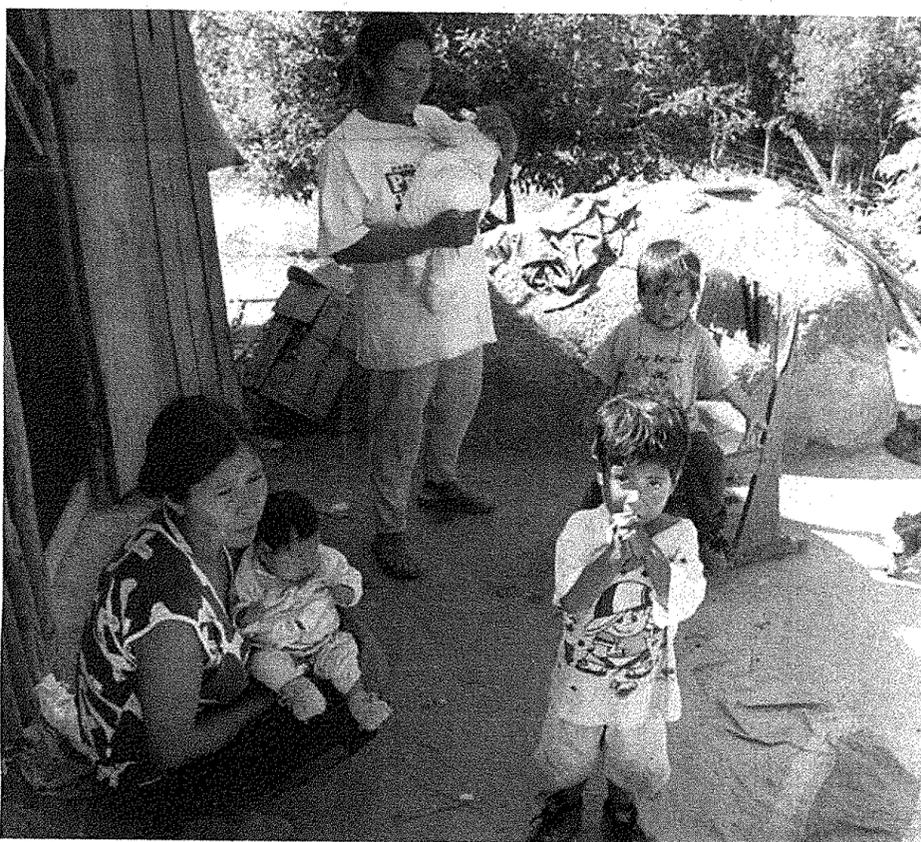
A obra passará de frente à aldeia guarani São Miguel, onde vivem 12 famílias de 50 pessoas. Para diminuir o prejuízo provocado pela passagem da estrada, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) realizaram convênio e distribuíram cartilhas aos funcionários, informando-os sobre a diferença cultural e o valor que estas tribos dão à terra.

“Ela é a base de sua organização e visão de mundo. A sociedade nacional tem um compromisso ético com os índios”, afirma a antropóloga da administração regional da Funai, em Curitiba, Márcia Rosatto, 36 anos.

Quando a BR-101 foi construída, entre os anos 50 e 60, “cortou-se” o território dos guaranis. Trouxe prejuízos e preocupações, pois desde então, os índios não puderam mais ocupar terras da forma racional como aprenderam com os antepassados. As rodovias cortaram o estilo de perambulação deles, que têm concepção diferenciada de limites territoriais. Hoje, estes povos não têm um local definido para ficar, além das reservas em margens de estradas. Agora, com as obras de duplicação da BR-101, os guaranis são novamente atingidos em suas terras e forma de viver.

O convênio prevê ainda a criação de um programa sócio-ambiental para ajudá-los a se organizar em relação às áreas que ocupam. Uma das reivindicações das 12 famílias da aldeia São Miguel é a construção de passarelas sobre a rodovia para garantir a segurança, principalmente das sete crianças que a atravessam diariamente para estudar. Elas serão instaladas no Km 189,6, em Biguaçu, e no Km 64, próximo a Araquari.

Até o final do ano será construída também uma casa de artesanato, pois os 50 índios desta comunidade ainda não têm local específico para realizar os trabalhos manuais, a exemplo de baús e cestos de bambus, vendidos durante a temporada de verão. Projeto arquitetônico, seguindo modelo solicitado pelos indígenas, já está pronto. Mais de oito casas também serão feitas na aldeia São Miguel.



SEGURANÇA Mães pedem passarela sobre a BR-101 para travessia dos filhos em direção à escola

Redescoberto sambaqui na rodovia

O progresso, em plena era tecnológica, foi o responsável, mesmo por acaso, pela redescoberta de populações indígenas que habitaram o litoral de Santa Catarina, há 2.500 anos e 4.500 anos. O sambaqui Ponta do Maruim, catalogado em 1965 pelo arqueólogo e padre João Alfredo Rohr — e nunca identificado — foi redescoberto, em abril, pelo arqueólogo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Osvaldo Paulino da Silva. O redescobrimento aconteceu após abertura de uma vala de dragagem para a duplicação da BR-101, no Km 211,5, em Palhoça, na Grande Florianópolis.

É o primeiro sítio arqueológico encontrado, até agora, dentro da considerada área de impacto direto pelas obras da rodovia, que segue até Garuva, num trajeto de 216,5 quilômetros. Suspeita-se que o leito da atual pista da 101 tenha passado sobre parte do sambaqui. Outro ponto já foi destruído pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), pois duas adutoras

passam sobre o lugar. O sambaqui Ponta do Maruim tem atualmente 600 metros quadrados e foi demarcado pelo próprio Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Quando catalogado pelo padre Rohr, ele tinha 1.800 metros, com diversas conchas e ossos humanos. O restante também foi destruído pelas construções erguidas nas proximidades.

TRÊS MESES

Escavação de salvamento foi solicitada, em 16 de junho, ao Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pelo licenciamento do trabalho. A liberação pode acontecer em três meses. Com isto, o sambaqui será levado para museu da UFSC e servirá para estudos científicos. Foram encontradas na superfície conchas, espinhas de peixe e fragmentos de pedras com marcas de uso, como enxadas e raspadores.

Silva afirma que no primeiro

levantamento feito em relação a sambaquis no Estado não foi descoberto o Ponta do Maruim, porque as pesquisas ocorrem sobre vestígios superficiais observáveis. Os sambaquis que estão cobertos por terra ou vegetação — como no caso do Ponta do Maruim, localizado no interior de matagal — e que não deixam pista não podem ser detectados.

Junto com a também arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral, Silva catalogou, de junho a julho de 1996, 16 sítios arqueológicos, no trecho de duplicação da 101, mas nenhum dentro da área de impacto direto. Acredita que a exemplo do sambaqui do Maruim, novos possam ser encontrados durante as obras. Através de recomendações dos arqueólogos, técnicos do DNER têm acompanhado as obras também com esta atenção específica, principalmente toda a extensão do Km 188, em Biguaçu, onde ainda encontram-se remanescentes materiais da antiga Vila de São Miguel, fundada na metade do século 18. (AMT)

Obra provoca espanto e temor entre guaranis

Roseli Moreira, 42 anos, foi uma dos 50 guaranis que saíram há 10 anos de Tubarão e fundaram a aldeia São Miguel, em Biguaçu. Hoje, ela se diz um “pouco espantada” com a duplicação da BR-101. Teme o perigo que três dos cinco filhos correm ao atravessá-la para se deslocar diariamente à escola — da qual não lembra o nome. O dia-a-dia dos índios na aldeia é tranquilo, mas eles pedem também uma garantia para a própria subsistência, a exemplo da casa de artesanato, que a Funai e DNER prometem concluir até o final do ano.

Os produtos artesanais são vendidos principalmente a turistas durante o verão. “Eles até nos visitam e nos trazem alimentos”. Revela que a convivência é pacífica. Na aldeia, as 12 famílias criam patos, galinhas, gansos e plantam feijão, milho,aipim, verduras. O que mais se destaca são os laranjais misturados entre os casais, algumas feitas de barro. O filho mais velho, Iral Moreira, 22 anos, diz ter aprendido a respeitar todas as pessoas e que também exige o mesmo. “Cada um tem seu direito à vida”.

DEZESSEIS

Dezesseis grupos indígenas vivem hoje em terras próximas da BR-101, entre os municípios de Biguaçu, Araquari, Itajaí, Joinville e Garuva. Nas duas primeiras cidades, estão os maiores e mais pertos da rodovia. Tratam-se das aldeias São Miguel com 50 pessoas e Corveta 1, onde vivem 30 índios. A regularização de áreas indígenas é o principal problema dos guaranis que atualmente vivem em terrenos de domínio público ou de particulares. Para a identificação de outras comunidades ao longo da BR-101, serão formados grupos de trabalhos.

A Funai e DNER tomaram conhecimento dos 16 grupos indígenas através de estudo elaborado pelas integrantes do setor de Etnologia Indígena do Museu de Antropologia da UFSC, Maria Dorotea Darella e do Centro de Trabalho Indigenista de São Paulo, Maria Inês Ladeira. Vivem hoje no Brasil 220 sociedades indígenas que falam 170 línguas diferentes. Somam 325 mil pessoas. Na época da chegada dos europeus, existiam 5 milhões. (AMT)